

JORNAL ANPPREV SINPROPREV

Informativo da Associação Nacional dos
Procuradores e Advogados Públicos Federais

10ª Edição
junho de 2022



NOVA DIRETORIA TOMA POSSE

Veja aqui a matéria completa



NA CÂMARA

ANPPREV
defende a
aprovação da
PEC 555/2006



VITÓRIA

STF decide que
cancelamento
de precatórios é
inconstitucional



ENGAJAMENTO

ANPPREV lança
campanha de
associação por
indicação



EXPEDIENTE

CONSELHO EXECUTIVO 2022-2025

Presidente

Maria Santíssima Marques

Vice-Presidente

TITULAR: Rogério Santos Correia

SUPLENTE: Marcílio da Silva

Diretoria de Administração e Conformidade

TITULAR: Lira Maria Lopes Melo

SUPLENTE: Roberto Ricardo Mader Nobre Machado

Diretoria de Finanças e Patrimônio

TITULAR: Aluizo Silva de Lucena

SUPLENTE: Patrícia Helena Bonzanini Martins de Sá

Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social

TITULAR: Amélia Cristina Marques Caracas

SUPLENTE: Renato Paulino de Carvalho Filho

Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas

TITULAR: Ana Dorinda Carballeda Adsuara

SUPLENTE: Rodrigo Araújo Ribeiro

Diretoria de Assuntos Jurídicos

TITULAR: Eulina de Sousa Brito Dorneles Berni

SUPLENTE: Carlos Antônio de Araújo

Diretoria de Planejamento, Projetos e Orçamento

TITULAR: Antonio Carlos Barbosa

SUPLENTE: Marisa Cássia Batista de Sá

Diretoria de Relações Institucionais

TITULAR: Eni Terezinha Aragão Duarte

SUPLENTE: Elaine Lustz Portela

Diretoria de Mobilização e Política de Classe

TITULAR: José Eduardo Cruz Dias Lima

SUPLENTE: Rosemary Montenegro Bezerra Marques de Souza

Diretoria de Eventos e Cultura

TITULAR: Maria Dolores Oenning Andrade

SUPLENTE: Maria José Schmall Wolf

SEDE NACIONAL

SAUS Qd 06, Bloco K Ed. Belvedere, Brasília/DF - CEP 70.070-915

(61) 3322-0170 | 0800-648-1038

anpprev.org.br | anpprev@anpprev.org.br

Produzido por **Invicta Comunicação**

Textos: Juliana Martins, Mariana Sousa e Samuel Oliveira

Capa, Diagramação e infográficos: Lucivam Queiroz



▲ CARTA AO LEITOR

Prezado(a) colega,

É com grande satisfação que apresentamos, nas páginas deste informativo, um resumo do nosso primeiro trimestre de trabalho à frente da ANPPREV. Atuação que reafirma o compromisso por nós assumido de desenvolver um projeto arrojado de representação classista, por meio de ações permanentes, de modo a contemplar as demandas de todos os associados, sejam eles ativos, aposentados ou pensionistas.

Desde o primeiro momento, buscamos interlocução com as instâncias decisórias, nas mais variadas frentes. Foram horas e mais horas de diálogos e muita sola de sapato gasta, entre gabinetes e salas de reunião. Também mantivemos as portas da sede de nossa Associação abertas, fazendo dela um espaço de debates sobre pautas importantes para a Advocacia Pública Federal. Investimentos de tempo e dedicação que já vêm mostrando seus bons resultados e ajudando a reconstruir o protagonismo da ANPPREV como representação de classe.

Esta aproximação com os órgãos do Estado - visando apresentar e dar encaminhamento às nossas demandas -, bem como com entidades coirmãs e demais parceiros - para a discussão e efetivação de estratégias de mobilização conjunta -, é uma das principais marcas deste início de gestão.

Em outra frente, estamos dedicados a fortalecer nossa entidade. Por isso, lançamos, nesta edição, a campanha “Associe-se à ANPPREV”, que busca incentivar os já associados a se engajarem junto aos colegas que ainda não fazem parte do quadro associativo.

O primeiro jornal da nova gestão da ANPPREV dá conta, ainda, da atuação que vem sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho que discute o aperfeiçoamento da Advocacia Pública Federal. Esse trabalho visa subsidiar o debate, pautando sempre temas de interesse dos nossos representados e que contribuam, de fato, com o engrandecimento da Advocacia Pública. No âmbito do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), envidamos esforços no sentido de buscar espaço para a recomposição salarial. A pauta foi suplantada pelo fim do prazo legal para concessão de reajustes em ano de eleições, mas a valorização permanente dos servidores públicos federais é pilar da Carta de Princípios para os presidentiáveis. O documento é um convite aos postulantes para assumirem compromissos com pautas que visam o fortalecimento do Estado e do funcionalismo.

No judiciário, temos motivos para comemorar. O Supremo Tribunal Federal decidiu, no último dia 30 de junho, que o cancelamento de precatórios e RPVs não levantados no prazo de dois anos é inconstitucional. A decisão beneficiará diretamente muitos dos associados da ANPPREV.

Confira nas próximas páginas mais informações acerca destes e de outros assuntos.

Boa leitura!

Maria Santíssima Marques

Presidente da ANPPREV

▲ SUMÁRIO

20 ANOS

Nova Diretoria marca presença nas comemorações pelo aniversário da PGF



NOVIDADE

ANPPREV lança campanha de associação por indicação; participe e ganhe prêmios



ANPPREV 30 ANOS

Obra comemorativa e congresso em Brasília integrarão agenda de festejos



GESTÃO 2022-2025

Novos Conselhos Executivo e Fiscal tomam posse



INTERLOCUÇÃO

Na Câmara dos Deputados, ANPPREV busca ampliação do diálogo junto ao GT da Advocacia Pública



NO PARLAMENTO

Maria Santíssima Marques defende recomposição do poder de compra e pede aprovação da PEC 555/2006



APROXIMAÇÃO

Agenda de reuniões com a AGU visa dar andamento às demandas dos associados



VITÓRIA

No STF, ANPPREV conquista declaração de inconstitucionalidade do cancelamento de precatórios



PARCERIA

Ações conjuntas com outras representações buscam a valorização do serviço público e da Advocacia Pública



AGENDA



NOTAS





▲ 20 ANOS

Nova Diretoria marca presença nas comemorações pelo aniversário da PGF

Reunião técnica, que ocorreu de 28 a 30 de junho, em Brasília, foi dedicada a lembrar feitos e debater futuro da Procuradoria-Geral Federal

“Este evento representa página da mais alta relevância na história da Procuradoria-Geral Federal”. A afirmação é de Maria Santíssima Marques, durante painel realizado no último dia 30 de junho, em Brasília, que integrou a programação da Reunião Técnica alusiva ao aniversário de 20 anos da PGF. A presidente da ANPPREV participou da atividade ao lado de outras lideranças de entidades representativas da Advocacia Pública, do Advogado-Geral da União Substituto, Adler Anaximandro Alves, e do Procurador-Geral Federal, Miguel Cabrera Kauam.

“Nada do que nós já conseguimos, mesmo no campo institucional, teria sido possível sem a força das associações”, destacou Santíssima, ao falar da importância do trabalho das representações de classe para a história da Procuradoria, desde o período que precedeu sua fundação. Ela ainda aproveitou para agradecer àqueles que estiveram à frente da PGF nestas duas décadas e que “tanto fizeram, tanto trabalharam, tanto contribuíram, numa missão honrosa e eficiente, para a edificação e avanço desta instituição, que se destaca a cada dia”.

Por fim, reforçou o compromisso de manter “diálogos sempre francos, amistosos e propositivos” em prol do contínuo aprimoramento da Advocacia Pública Federal.



Em seu discurso, o Advogado-Geral da União Substituto ressaltou que as associações têm sido “importante instrumento de interlocução e promoção da democracia”. Já Miguel Cabrera Kauam, por sua vez, reafirmou a disposição em “servir como uma ponte” entre as entidades, a Advocacia-Geral da União e outras instituições.

A Reunião Técnica, que ocorreu entre 28 e 30 de junho, foi dedicada a rememorar os feitos e debater o futuro da PGF. Du-

rante os três dias, personagens que marcaram a história da instituição participaram das atividades. Dentre eles, vários associados à ANPPREV, a exemplo dos ex-Procuradores-Gerais Federais Weber Holanda Alves e Marcelo Siqueira e do diretor de Finanças e Patrimônio da Associação, Aluizo de Lucena, que esteve presente no painel “Atividades e Projetos do Departamento de Consultoria da PGF”, ao lado do atual, Bruno Júnior Bisinoto, e de ex-diretores do Departamento.

Na oportunidade, Aluizo compartilhou um pouco de sua experiência na área e lembrou o grande volume de trabalho, as dificuldades vivenciadas, mas, sobretudo, a trajetória de dedicação e de sucesso do Consultivo da PGF. Resultados que recorda com orgulho e atribui ao “trabalho em equipe”. Ainda, agradeceu o convite e destacou o prazer de relembrar “coisas que a gente [procuradores] viveu”.

Ainda na solenidade de abertura, o Advogado-Geral da União, Bruno Bianco, membro da carreira de Procurador Federal, observou: “Eu tenho imenso orgulho de participar desta carreira. Não tenho dúvidas de que nós, Advocacia-Geral da União, a cada dia, mostraremos mais o nosso valor e nos consolidaremos como grandes instrumentos do Brasil para a manutenção da democracia”. ▲



▲ NOVIDADE

ANPPREV lança campanha de associação por indicação; participe e ganhe prêmios

Para se inscrever, acesse sejaanpprev.com.br e gere o link de convite

Fortalecer a principal frente de defesa dos interesses e das prerrogativas dos advogados públicos! Esse é o objetivo da recém-lançada campanha “Associe-se à ANPPREV”. Durante os meses de agosto e setembro, os associados serão incentivados a se engajarem na divulgação dos benefícios de ser anppreviano. O sistema vai funcionar por indicação. O associado envia o link de convite ao colega e, para cada nova associação efetivada, ganha pontos que, ao final da campanha, poderão ser trocados por prêmios. São fones de ouvido sem fio, mixers, caixinhas de som bluetooth, assistentes virtuais e muito mais.

Para participar, o associado deve acessar o hot site da campanha sejaanpprev.com.br e clicar na opção “inscreva-se”. O próximo passo é entrar no sistema, com o mesmo usuário (CPF ou email) e senha utilizados para acessar o site da ANPPREV, preencher todos os campos e concordar com os termos do edital e de uso de dados. Ao fim desse processo, o participante receberá um link de convite para enviar aos seus colegas que ainda não compõem o quadro associativo.

C A M P A N H A

ASSOCIE-SE À ANPPREV



Depois de enviar os convites, o associado poderá acompanhar o andamento, também por meio do sistema. Assim, quando a indicação ainda não tiver sido aceita, ele terá a oportunidade de contatar novamente o seu colega para reforçar os argumentos. A cada indicação convertida em uma nova filiação, o associado ganha 1.000 pontos. E, a partir do dia 20 de setembro, os pontos poderão ser trocados por prêmios no hot site da campanha. A lista completa, com o número de pontos necessários para resgatar cada prêmio, já está disponível em sejaanpprev.com.br.

QUER AUMENTAR AS SUAS CHANCES DE GANHAR?

Para ajudar os associados na divulgação e na argumentação com os colegas, a ANPPREV disponibilizará uma série de materiais que apresentarão, de forma didática, motivos para associar-se. Além de fortalecer a representatividade

da carreira, ao se associar, o advogado público federal terá acesso a uma carta de benefícios que inclui assessoria jurídica especializada na defesa dos direitos individuais e coletivos ligados a questões funcionais e a mais completa rede de convênios do país. São milhares de estabelecimentos comerciais, que oferecem produtos e serviços com condições exclusivas para os anpprevianos, por meio do ANPPREV Card e do ASAclub.

Acesse o folder com “Motivos para se associar à ANPPREV” no link abaixo e Participe!

 sejaanpprev.com.br



Veja abaixo passo a passo para participar da campanha.



HOTSITE

Acesse o hotsite da campanha

sejaanpprev.com.br 



LOGIN

Faça login com seu usuário e senha da ANPPREV



ATUALIZAÇÃO DE DADOS

Confirme seus dados e atualize seu cadastro



INSCRIÇÃO NA CAMPANHA

Confira o Edital da campanha e os Termos de Uso de Dados



LINK DE CONVITE

Gere seu link de convite e compartilhe com os colegas da carreira



PAINEL

Acompanhe os novos associados que usaram o seu link e quantos pontos já ganhou



PREMIAÇÃO

Troque seus pontos por prêmios

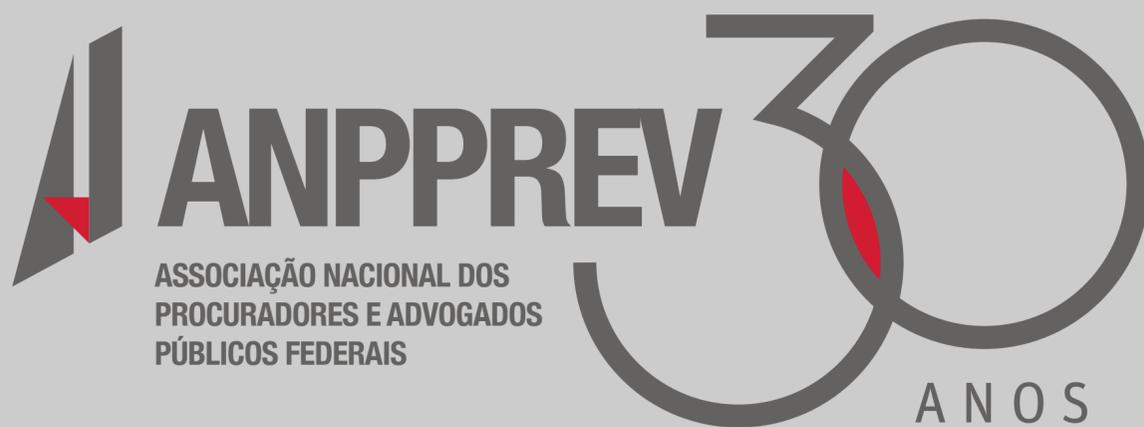


PALAVRA DO DIRETOR

A contribuição associativa não é uma despesa, é um investimento. A ANPPREV é, hoje, a Associação Nacional de advogados públicos em atuação mais antiga e que mais conquistas realizou, desde as gratificações diferenciadas, como a GEFA, que tornava os procuradores autárquicos previdenciários os advogados públicos mais bem remunerados do país, ao lado dos procuradores da Fazenda Nacional.

Ao longo dos anos, foram realizados vários pagamentos de precatórios e RPVs. Cada ação destas cobria uma vida de contribuição associativa. Muita economia pode ser obtida com a utilização dos clubes de benefícios da ANPPREV, desde a utilização gratuita de sala vip, descontos expressivos em compras de veículos e outros produtos e serviços. Temos o básico que toda Associação tem, mas somos uma Associação diferente que tem o diálogo, a negociação, como principal ferramenta da reivindicação. A diversidade, em todos os seus aspectos, é respeitada pela Associação, mas o radicalismo não encontra ressonância em nossa política de atuação. Nós precisamos que você se filie à ANPPREV, mas você também precisa se associar para que seus direitos sejam adequadamente defendidos.

Aluizo Silva de Lucena,
diretor de Finanças e Patrimônio.



▲ ANPPREV 30 ANOS

Obra comemorativa e congresso em Brasília integrarão agenda de festejos

Associação completará três décadas de vida no próximo dia 28 de agosto

No próximo dia 28 de agosto, a ANPPREV completará 30 anos de vida. Nascida da luta organizada dos movimentos reivindicatórios de procuradores da Previdência, a entidade cresceu e se consolidou como uma importante representação de classe. São três décadas de muito trabalho, grandes batalhas, mas também de inúmeras conquistas e bons serviços prestados à Advocacia Pública e ao país. Portanto, boas histórias para serem contadas não faltam.

Com o objetivo de relembrar e registrar acontecimentos relevantes, a Associação organizará uma obra, em edição comemorativa, com imagens e textos. E você, associado, parte fundamental da trajetória da entidade, é convidado a nos ajudar neste resgate histórico. Envie seu texto, falando sobre fatos relacionados à ANPPREV, para o endereço eletrônico livro30anosanpprev@gmail.com , juntamente com seu nome completo e uma foto em alta resolução.

CONGRESSO

Também na esteira das comemorações pelos 30 anos, será realizado, ainda, em Brasília, um grande congresso, com a presença de associados e autoridades públicas. O evento, além de festejar o aniversário, será dedicado a debater o futuro da Associação e outras pautas de interesse dos advogados públicos federais, ativos e aposentados.



Acompanhe mais informações sobre o congresso em nosso site anpprev.org.br  .



▲ GESTÃO 2022-2025

Novos Conselhos Executivo e Fiscal tomam posse

Solenidade, em maio, contou com a presença de associados, autoridades dos três Poderes e representantes de diversas entidades parceiras

Uma nova jornada se inicia. Tomaram posse os novos Conselhos Executivo e Fiscal, responsáveis pela gestão 2022-2025 da ANPPREV. Para formalizar e celebrar, foram realizadas, nos dias 1º de abril e 4 de maio, respectivamente, a assinatura dos termos de posse e a solenidade. Esta última reuniu, além de associados, autoridades dos três Poderes e representantes de diversas entidades parceiras.

“Reafirmo a minha consciência de que a luta será constante e de que teremos de ser sempre protagonistas de todos os importantes momentos na defesa da Advocacia Pública Federal”, assegurou em seu discurso a presidente da Associação,

Maria Santíssima Marques, durante a solenidade, realizada no Clube do Exército, em Brasília. À mesa, Maria Santíssima foi acompanhada pelo Advogado-Geral da União Substituto, Adler Anaximandro Alves, o Procurador-Geral Federal, Miguel Cabrera Kauam, o Deputado Federal, Daniel de Freitas (PL-SC), o Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Humberto Martins, o Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rafael Horn, e a Procuradora Federal aposentada Maria Jovita Valente.

O Advogado-Geral da União Substituto manifestou orgulho ao falar da importância da Associação para a história da Advocacia Pública e do legado construído pela entidade. “Nenhuma instituição se torna grande se não sabe olhar para aqueles que realmente a construíram”, afirmou e completou: “Eu tenho certeza que nós, com toda a sabedoria daqueles que nos antecederam e com toda a força que ainda dispomos para lutar, temos um futuro brilhante para trilhar”.

A relação estreita com a Procuradoria-Geral Federal (que recentemente completou 20 anos), a contribuição da ANPPREV para a consolidação da PGF, assim como o desejo de que a parceria se perpetue foram destacados por Miguel Cabrera Kauam. “Espero que possamos continuar, lado a lado, construindo um futuro brilhante para nossas carreiras”, observou, fazendo votos de sucesso para a nova gestão.

Emocionada com a homenagem dos oradores que a antecederam, Maria Jovita Valente também relembrou a história da entidade. “É uma instituição que nasceu da coragem e da bondade de seus membros. Eu não me lembro de outra instituição nascida desta maneira. Então, é por essa coragem que eu quero cumprimentar a ANPPREV, na figura da doutora Maria Santíssima”.

Humberto Martins reforçou o desejo de sucesso para a nova Diretoria. Em seu discurso, trouxe também uma importante reflexão acerca do papel do advogado público para a efetivação das diretrizes da Carta Magna. “Sem advogado, não há justiça. Sem justiça, não há cidadania”, pontuou. Ainda segundo o Presidente do STJ, os novos dirigentes, por certo, terão muitos desafios a serem superados, contudo será gratificante trabalhar conjuntamente “por um Brasil justo, humano, fraterno, solidário e igual”.

“Renovação” foi o tema central da intervenção do Deputado Daniel de Freitas, ao expressar a confiança em um futuro de ainda mais vitórias diante dos enfrentamentos que virão. “Cada eleição é uma renovação da esperança, de novas lutas e novas conquistas. Nessa Diretoria se colocam as esperanças de que bons combates aparecerão ao longo dos próximos anos. Podem contar conosco na Câmara dos Deputados”, concluiu.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representada por Rafael Horn, também se colocou à disposição da ANPPREV e de toda a Advocacia Pública Federal. O propósito, segundo o Vice-Presidente da OAB, é garantir “não só a defesa das prerrogativas [do advogado], mas a defesa do erário, do bom direito e de toda a sociedade”.

Confira a composição dos Conselhos Executivo e Fiscal para o triênio 2022-2025.

CONSELHO EXECUTIVO

▲ **Presidência**

Maria Santíssima Marques

▲ **Vice-Presidência**

Titular: Rogério Santos Correia

Suplente: Marcílio da Silva

▲ **Diretoria de Administração e Conformidade**

Titular: Lira Maria Lopes Melo

Suplente: Roberto Ricardo Mader Nobre Machado

▲ **Diretoria de Finanças e Patrimônio**

Titular: Aluizo Silva de Lucena

Suplente: Patrícia Helena Bonzanini Martins de Sá

▲ **Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social**

Titular: Amélia Cristina Marques Caracas

Suplente: Renato Paulino de Carvalho Filho

▲ **Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas**

Titular: Ana Dorinda Carballeda Adsuara

Suplente: Rodrigo Araújo Ribeiro

▲ **Diretoria de Assuntos Jurídicos**

Titular: Eulina de Sousa Brito Dorneles Berni

Suplente: Carlos Antônio de Araújo

▲ **Diretoria de Planejamento, Projetos e Orçamento**

Titular: Antonio Carlos Barbosa

Suplente: Marisa Cássia Batista de Sá

▲ **Diretoria de Relações Institucionais**

Titular: Eni Terezinha Aragão Duarte

Suplente: Elaine Lustz Portela

▲ **Diretoria de Mobilização e Política de Classe**

Titular: José Eduardo Cruz Dias Lima

Suplente: Rosemary Montenegro Bezerra Marques de Souza

▲ **Diretoria de Eventos e Cultura**

Titular: Maria Dolores Oenning Andrade

Suplente: Maria José Schmall Wolf

CONSELHO FISCAL

▲ *Titular:* Adriano
Pereira Pinheiro

Suplente: Maria
Doralice Ferreira
de Brito

▲ *Titular:* Carlos
Alberto Considera

Suplente: Fernando
Antônio Correia

▲ *Titular:* Marco
Antonio Zito
Alvarenga

Suplente: Osvaldo
Nechi

REPRESENTANTES ESTADUAIS

Também tomaram posse os novos representantes e delegados estaduais. A assinatura dos termos de posse ocorreu em cerimônia realizada na sede da ANPPREV, no dia 3 de maio.

Maria Santíssima Marques destacou a importância do trabalho de cada um para os próximos anos, uma vez que, de acordo com ela, “a força da ANPPREV vem dos Estados”. “Enquanto aqui estiver, espero poder merecer de cada um de vocês a confiança, o apoio e, sobretudo, a amizade”, disse.

Confira os novos representantes:

▲ Acre

Delegada Estadual: Odenilde Flores Praça

▲ Alagoas

Delegado Estadual: Antonio Bezerril Cabral

▲ Bahia

Representante Estadual: Pedro de Alcântara Souza Lacerda
Representante Adjunta: Maristela Dourado Borges de Barros Galvão

▲ Ceará

Delegada Estadual: Maria do Carmo Pereira Macedo

▲ Espírito Santo

Delegada Estadual: Maria Das Graças Lagares de Souza Gratz

▲ Goiás

Delegada Estadual: Silvia Candida da Rocha Mesquita
Delegada Adjunta: Maria de Lourdes Thees de Bastos Perillo

▲ Maranhão

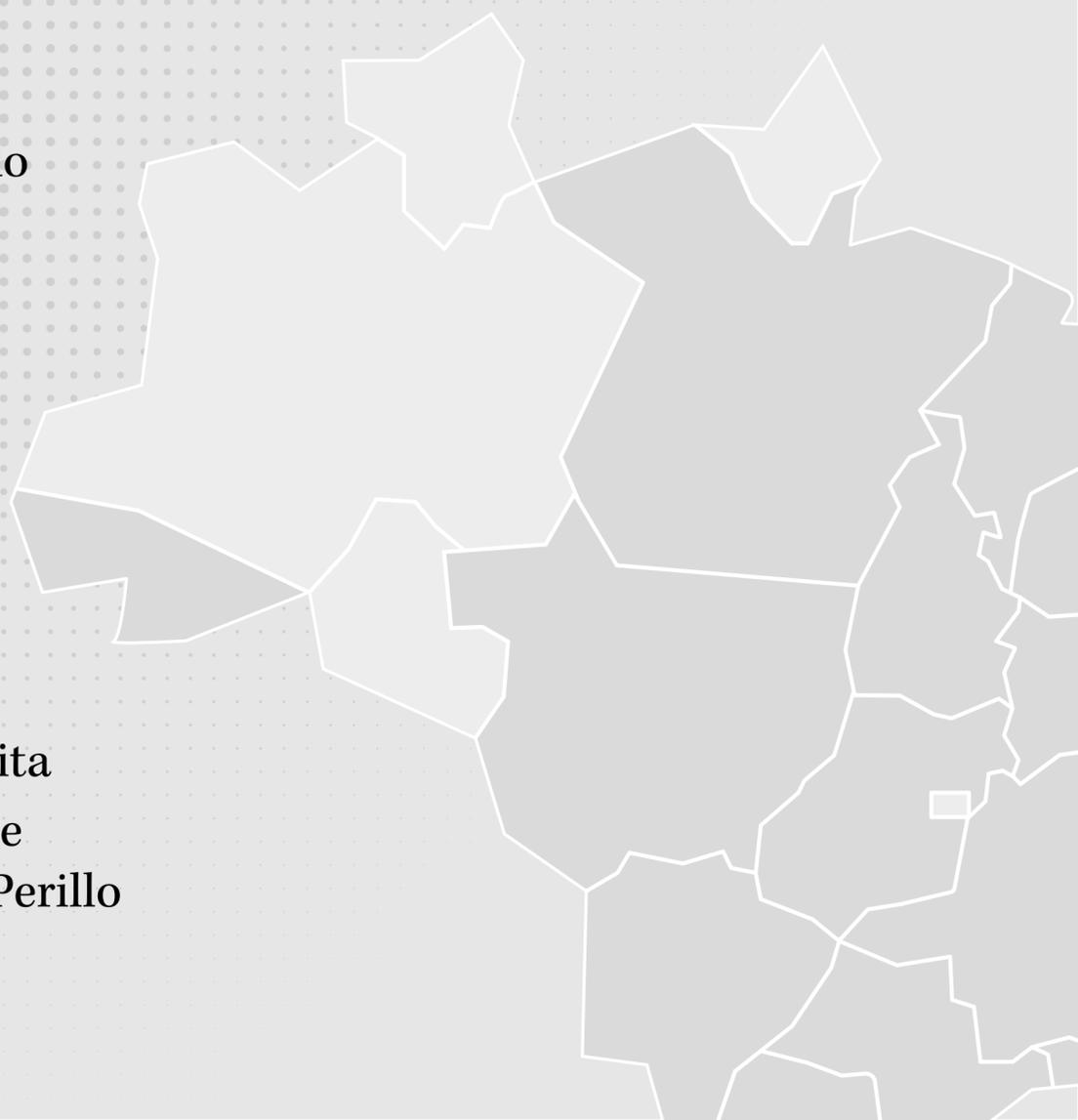
Delegada Estadual: Maria da Luz Bandeira Bezerra Figueiredo
Delegada Adjunta: Maria de Fatima Carvalho Cuba

▲ Mato Grosso

Delegada Estadual: Joice Figueiredo Lagreca

▲ Mato Grosso do Sul

Delegado Estadual: Marco Aurélio de Oliveira Rocha



▲ **Minas Gerais**

Representante Estadual: Luzia
Cecilia Costa Miranda

Representante Adjunta:
Debora da Conceição Maia
Beraldo

▲ **Pará**

Delegado Estadual: José Maria
dos Santos Rodrigues Filho

Delegada Adjunta: Odinea
Ferreira Miranda

▲ **Paraná**

Delegado Estadual: Henrique
Closs

▲ **Pernambuco**

Representante Estadual: Maria
Antonietta Duarte Silva

▲ **Piauí**

Delegado Estadual: Joaquim
Coelho Pereira

▲ **Rio de Janeiro**

Representante Estadual:
Guilhermina Guilherme
Medeiros

Representante Adjunto:
Eduardo dos Santos

▲ **Rio Grande do Norte**

Delegada Estadual: Anna
Kathya Helinska

▲ **Rio Grande do Sul**

Representante Estadual: Oscar
José Tomasoni Monteiro de
Barros

Representante Adjunta: Marisa
Eitelvein Monteiro

▲ **São Paulo**

Representante Estadual: Cleci
Gomes de Castro

Representante Adjunto: Ayres
Antônio Pereira Carollo

▲ **Santa Catarina**

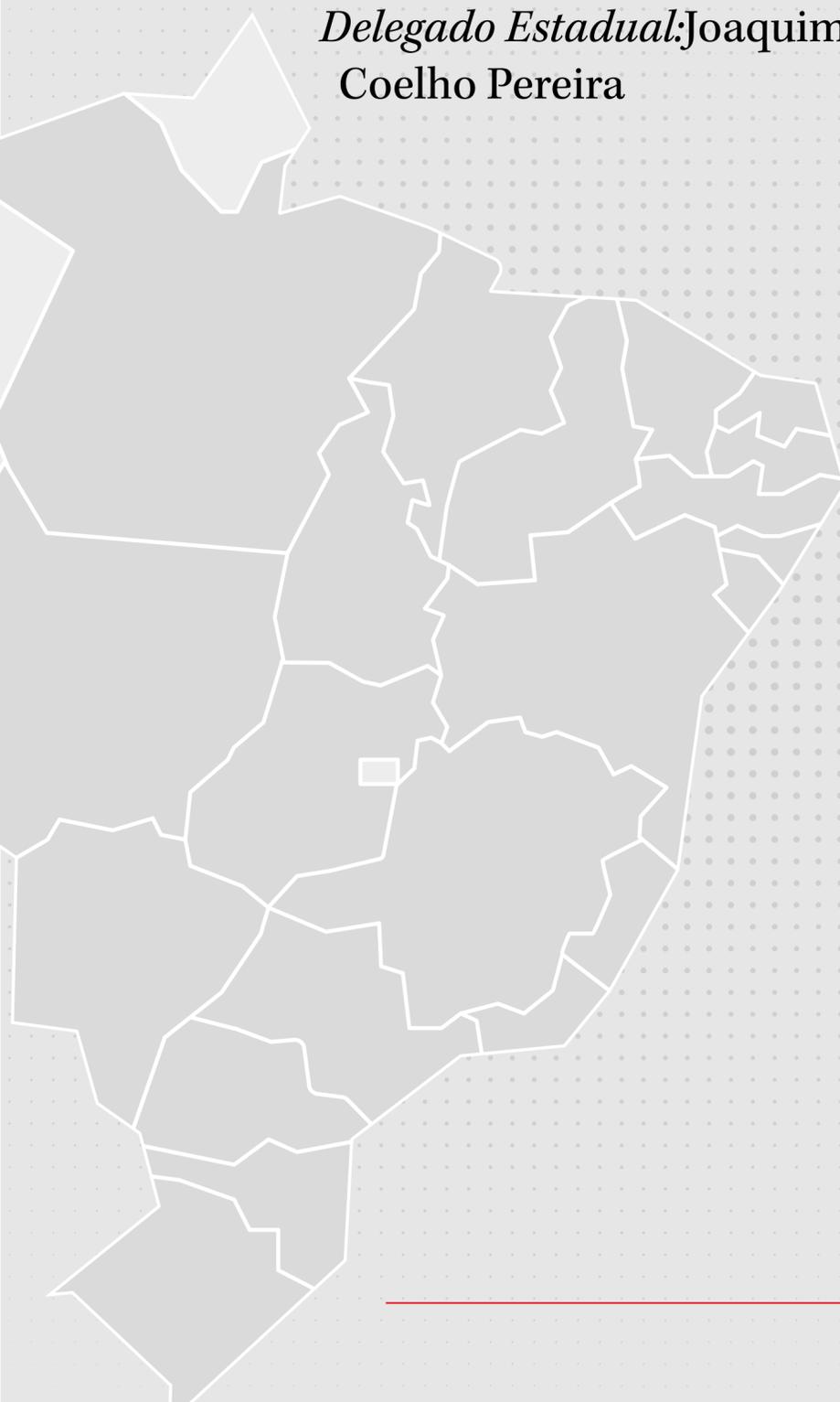
Delegada Estadual: Sandra
Maria Melillo Bittencourt

▲ **Sergipe**

Delegado Estadual: José
Francisco Costa

▲ **Tocantins**

Delegada Estadual: Tereza
Cristina Ibiapina da Rocha
Araújo





▲ INTERLOCUÇÃO

Na Câmara dos Deputados, ANPPREV busca ampliação do diálogo junto ao GT da Advocacia Pública

Diretoria acompanha, de perto, discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho

O primeiro trimestre de atuação da nova Diretoria foi marcado pelo reforço da presença da ANPPREV no Congresso Nacional. No Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados que discute o aprimoramento da Advocacia Pública Federal, a Associação tem buscado, com vistas à defesa dos interesses dos advogados públicos da União, a ampliação do diálogo e acompanhado, de perto, todas as discussões.

No dia 29 de junho, a presidente, Maria Santíssima Marques, e a diretora de Comunicação da ANPPREV, Ana Dorinda Ad-

suara, estiveram na audiência pública do GT que contou com a participação do Ministro da Advocacia-Geral da União, Bruno Bianco Leal.

Nas considerações iniciais, o AGU abordou aspectos relacionados à estruturação institucional da Pasta, seu status constitucional, as atribuições de seus integrantes e seu papel como função essencial à Justiça. “Ela é íntegra, é hígida, é atemporal, merece e tem toda a autonomia possível para atuar. Isso, para mim, é motivo de orgulho.”



Reunião com o Deputado André Figueiredo (PDT-CE)

Seguindo com as ponderações, Leal ressaltou o caráter cidadão do trabalho dos advogados públicos. “A Advocacia Pública serve para viabilizar políticas públicas. O advogado público participa da concepção, das discussões no âmbito dos ministérios, autarquias e fundações; ajuda a elaborar minutas de Medidas Provisórias; auxilia o Executivo no contato com o Legislativo; e defende as políticas públicas quando elas são submetidas ao Supremo Tribunal Federal, para que seja feito um controle de constitucionalidade”, explicou.

As colocações do Ministro reforçaram os argumentos apresentados pelo Advogado-Geral da União Substituto, Adler Anaximandro Alves, ao GT, em audiência pública realizada no dia 16 de junho. “A AGU atua também em favor da soberania popular. Os representantes democraticamente eleitos, seja no Parlamento, seja no Poder Executivo, têm o direito

consagrado pelas urnas de apresentar, de amoldar, de formar políticas públicas. E essas políticas precisam passar pela Advocacia-Geral da União, para que atestemos sua legalidade e constitucionalidade”, exemplificou, na oportunidade.

APRIMORAMENTO

Os representantes da AGU abordaram, ainda, os caminhos para o aprimoramento contínuo da instituição e defenderam os honorários de sucumbência.

“Temos uma das remunerações mais modernas do mundo. Nós melhoramos nossa atuação, diminuimos a evasão das carreiras, aumentamos a paridade de armas entre as funções essenciais à Justiça e nos vinculamos ao teto”, observou o Ministro da AGU, que ponderou ser possível pensar em alternativas para “contemplar um pouco mais os aposentados”.

Já sobre o aperfeiçoamento da Advocacia Pública, o Dr. Adler Anaximandro Alves defendeu, dentre outras demandas, a necessidade de estruturação de uma carreira de apoio, e frisou que é “muito importante que disponha sempre das mesmas garantias e prerrogativas que são outorgadas à Defensoria Pública e ao Ministério Público, em especial”.

HOMENAGEM

A participação do Ministro no GT foi encerrada com uma homenagem aos aposentados. O reconhecimento da AGU perante os Poderes da União e a sociedade, a estruturação das carreiras e a própria criação da Procuradoria-Geral Federal, “tudo isso é fruto do trabalho de quem bravamente lutou para que pudéssemos estar aqui hoje”, enfatizou Bruno Bianco, que convidou os presentes a se unirem numa salva de palmas em agradecimento à dedicação desses servidores.

INTERLOCUÇÃO

Buscando ampliar o diálogo sobre a temática do Grupo de Trabalho, a Diretoria da ANPPREV, representada pela presidente e pelo diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, se reuniu com os Deputados Daniel de Freitas (PL-SC) e André Figueiredo (PDT-CE), relator dos trabalhos, no dia 19 de abril. Oportunidades em que apresentou demandas dos advogados públicos federais e defendeu a importância de garantir espaço para as entidades representativas nas discussões promovidas.

Sobre a demanda, o relator do GT garantiu que o espaço estará aberto ao amplo debate. “Teremos um Grupo de Trabalho extremamente participativo, não apenas entre os parlamentares, mas também com todas as entidades. Nós não vamos fazer nada que não seja pactuado e, na medida do possível, consensuado”, afirmou, ao informar também que serão realizadas novas audiências públicas, conforme acordado.

O Deputado, inclusive, já apresentou requerimento que solicita a inclusão da ANPPREV entre as entidades que participarão do ciclo de audiências. A Associação segue acompanhando os trabalhos do GT. ▲



Reunião com o Deputado Daniel de Freitas (PL-SC)



▲ NO PARLAMENTO

Maria Santíssima Marques defende recomposição do poder de compra e pede aprovação da PEC 555/2006

Presidente da ANPPREV integrou mesa de debate em audiência pública realizada na CTASP da Câmara dos Deputados

“**O**s servidores públicos não podem ser tratados por nenhum governo como culpados pela crise fiscal ou econômica e ter, por isso, suas remunerações congeladas, achatadas ou reduzidas”. Esse foi o ponto central do argumento apresentado pela presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, durante audiência pública realizada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, no dia 24 de maio.

A representante elencou matérias, aprovadas recentemente no Congresso Nacional, que redundaram no aviltamento do poder de compra do servidor, como a Emenda Constitucional nº 103, proveniente da reforma previdenciária. E, não bastasse o confisco promovido pelas diversas alterações ao texto da Carta Magna, o agravamento do arrocho, conforme destacou Santíssima, se dá também pelo não cumprimento das previsões contidas nos incisos X e XV do Art. 37 da Constituição Federal, que versam sobre a revisão geral anual das remunerações e a irredutibilidade salarial. “O princípio constitucional de irredutibilidade não pode ser reduzido a letra morta, permitindo-se que, por meio de artifícios, como o não reajuste e a sobretaxação, sejam os servidores chamados a pagar a conta do ajuste fiscal”, pontuou.



Diante desse cenário de acentuadas perdas, a presidente da ANPPREV defendeu a urgência da aprovação da PEC 555/2006, de autoria do ex-Deputado e associado à ANPPREV, Carlos Mota, que extingue a contribuição previdenciária sobre os proventos dos aposentados e pensionistas. “Corrijam a grande injustiça para com os aposentados e pensionistas, buscando a aprovação da PEC 555/2006. Eles já contribuíram durante toda sua vida laboral e não faz sentido

essa espécie de bitributação sobre os idosos. É uma questão de justiça”, concluiu Santíssima.

DEFASAGEM

O arrocho ao setor público não se limita, conforme lembrou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques, à questão salarial. “Nunca se gastou tão pouco com o funcionalismo. Hoje temos uma correlação de gasto de pessoal com PIB na ordem de 3,8%. Em 2002, esse percentual era de 4,2%. Nunca houve tão poucos servidores públicos na União. Temos hoje 570 mil servidores federais. Em 1991, eram 650 mil. Nunca a taxa de reposição de pessoal na Administração Pública Federal foi tão baixa. Temos atualmente uma taxa de reposição em torno de 30%”, listou, ao enfatizar que é preciso continuar na luta em defesa do serviço público.

A iniciativa das entidades de classe presentes na CTASP foi saudada pela Deputada Érika Kokay (PT-DF). “Todo servidor que luta por seus direitos, luta por fortalecer também os direitos do conjunto da população brasileira”, encerrou.

Assista no link abaixo a fala da presidente da ANPPREV na íntegra. 

 youtu.be/WSM0CyG8dLI





▲ APROXIMAÇÃO

Agenda de reuniões com a AGU visa dar andamento às demandas dos associados

Honorários, acordo dos 28,86% e a atuação junto ao GT da Advocacia Pública foram alguns dos temas em destaque na pauta

A ANPPREV vem intensificando os diálogos com a Advocacia Geral da União. Nos sucessivos encontros com representantes da instituição, a Associação tem levado as demandas mais urgentes dos advogados públicos federais, ativos e aposentados. Honorários, acordo dos 28,86% e a atuação junto ao Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados destinado ao aperfeiçoamento da Advocacia Pública foram alguns dos temas em pauta.

Ainda em abril, no primeiro encontro entre as partes, que ocorreu na sede da ANPPREV, o Procurador-Geral Federal, Miguel Cabrera Kauam, garantiu estar aberto ao diálogo

sobre quaisquer questões que se refiram à PGF, de forma a estabelecer consensos que serão fundamentais para angariar avanços e otimizar a atuação diante de outras instâncias. Na mesma linha, a presidente Maria Santíssima Marques reafirmou a importância da união e do entrosamento, e pontuou: “A hora em que nos unirmos, em que nos tornarmos elos da mesma corrente, tenham certeza: seremos ainda mais fortes”.

No mesmo mês, a presidente e diretores da Associação se reuniram com o Advogado-Geral da União Substituto, Adler Anaximandro Alves, e com o Subprocurador-Geral Federal, Elvis Gallera Garcia. O encontro realizado na sede da AGU, em Brasília, deu continuidade às tratativas.

Já em maio, a ANPPREV realizou, em sua sede, nova reunião com o PGF, oportunidade na qual foi entregue ofício referente ao acordo dos 28,86%. O objetivo é discutir os valores apresentados pela AGU em vários dos acordos propostos, e a discrepância entre os cálculos da ANPPREV e os da AGU nesses casos. Os representantes da Associação destacaram que este é um debate que deve ser travado com a maior celeridade possível, haja vista os prazos legais. A ANPPREV busca garantir os melhores termos para todos os beneficiários da demanda.

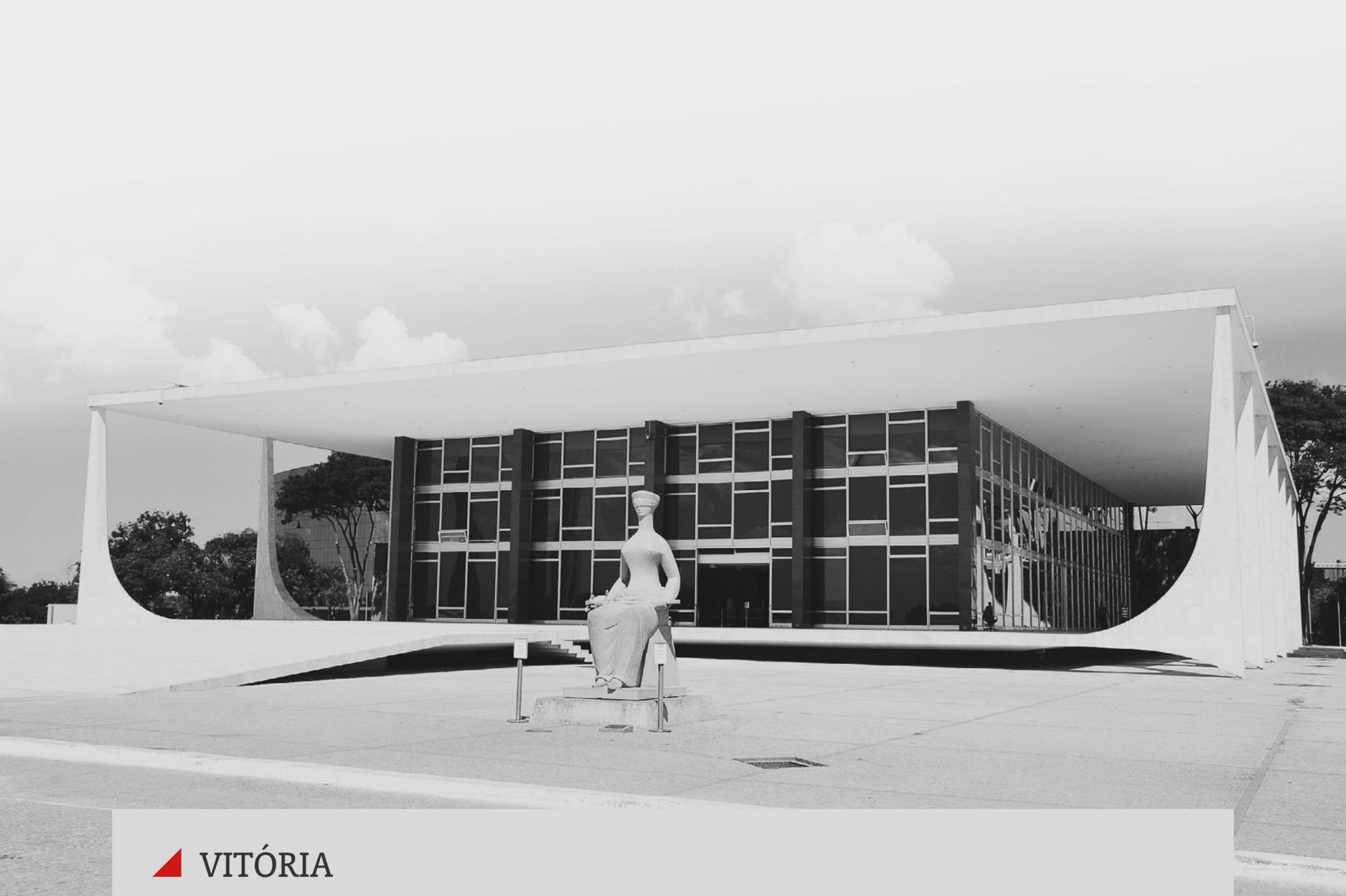
De volta à sede da AGU, no dia 18 do mesmo mês, o encontro foi com o Advogado-Geral da União, Bruno Bianco Leal. Dentre os assuntos em destaque, a revisão dos percentuais das cotas dos honorários dos aposentados, que constou em ofício entregue ao Ministro, e o pedido por apoio institucional para a emenda que inclui advogados públicos na Proposta de Emenda à Constituição 63/2013 - conhecida como PEC dos Quinquênios.

A agenda de reuniões tem trazido boas perspectivas para a resolução dos pleitos dos associados. Os debates seguirão ao longo dos próximos meses e você pode acompanhar novidades em nosso site anpprev.org.br.  

CCHA

Aproximação também com o Conselho Curador de Honorários Advocaticios. No dia 11 de maio, a presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, o vice-presidente, Rogério Correia, e os diretores Ana Dorinda Adsuara, Aluizo de Lucena e Lira Maria Melo, receberam os representantes do CCHA, Albert Caravaca e Thalita Lopes Motta.

A reunião, na sede da Associação, em Brasília, teve como objetivo apresentar demandas e abrir um canal de diálogo.



▲ VITÓRIA

No STF, ANPPREV conquista declaração de inconstitucionalidade do cancelamento de precatórios

Legislação previa o recolhimento ao erário de valores não levantados pelo credor no período de dois anos

O cancelamento de precatórios e de requisições de pequeno valor (RPVs), nos termos da Lei 13.463/2017, é inconstitucional. A decisão do Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 5, foi proferida no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.755, em que a ANPPREV atuou como *amicus curiae*, concluído no dia 30 de junho.

Na arguição, o advogado Hugo Mendes Plutarco, representando a Associação perante a Corte, ressaltou que o cancela-

mento dos valores depositados há mais de dois anos é uma afronta cristalina ao direito de propriedade. “Ao contrário do que defende a União, esse dinheiro depositado é de propriedade do beneficiário. É importante que se registre aqui que esses valores foram consignados no Orçamento como despesa, foram transferidos da Conta Única do Tesouro para a conta dos respectivos beneficiários e estão em nome desses beneficiários.”

A tese apresentada pelo advogado também evidenciou o desrespeito ao princípio da separação de Poderes, visto que os precatórios e RPVs são emitidos por ordem judicial, mas poderiam ser cancelados sem a anuência da Justiça, e a insegurança jurídica trazida pela norma em questão. “Com essa ideia de os fins justificam os meios, poderia a União se apropriar da restituição do Imposto de Renda ou de qualquer valor que esteja depositado em contas bancárias, assim como foi feito com o congelamento da poupança em 1990”, contextualizou Plutarco.

Os argumentos foram contemplados pela relatora, ministra Rosa Weber. “A gestão de recursos destinados ao pagamento de precatórios incumbe ao Judiciário por decorrência do texto constitucional, sem que tenha sido dada margem ao legislador para alterar o desenho constitucional de forma restritiva e tampouco para estabelecer formas de condicionamento do pagamento sem respeito aos ditames constitucionais, como a ampla defesa e o contraditório”, registrou em seu voto, seguido pelos Ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski.

A vitória no julgamento da ADI 5.755 ganha contornos ainda mais significativos se considerado o cenário de incertezas sobre o pagamento de precatórios alimentares nos próximos anos, em face do subteto para pagamento criado pelas

Emendas Constitucionais 113 e 114. Sobre o efeito, é preciso esperar pela publicação do acórdão para saber se a aplicação da decisão será imediata. ▲

AINDA NO SUPREMO

A ANPPREV ingressou com novos pedidos para participar como *amicus curiae* em Ações Diretas de Inconstitucionalidade que têm por objetos temas de interesse dos advogados públicos federais. Veja a seguir.

ADIS 7047 E 7064

Objeto: buscam a suspensão da eficácia do texto autônomo e das alterações constitucionais promovidas pela Emenda Constitucional nº 113/2021 (“Emenda dos Precatórios”), que alterou o regime de pagamento de precatórios pela União Federal, inclusive para os requisitórios expedidos sob o regramento anterior, permitiu o seu parcelamento e alterou o índice oficial de correção monetária dos requisitórios, entre outras providências.

ADI 6767

Objeto: busca declaração de inconstitucionalidade do Decreto 10.620/2021, que unifica processos de aposentadoria e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União no INSS. De acordo com o Decreto, o INSS será o gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, tanto quanto dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



FONACATE
Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

▲ PARCERIA

Ações conjuntas com outras representações buscam a valorização do serviço público e da Advocacia Pública

Último trimestre contou com articulações junto aos Poderes e importantes debates sobre a conjuntura e os desafios para o próximo período

Na busca pelo contínuo aprimoramento do serviço público em geral e também da Advocacia Pública, a ANPPREV tem reforçado a parceria com as demais afiliadas do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e com entidades coirmãs, que representam os advogados públicos. O último trimestre contou com articulações junto aos Poderes e importantes debates sobre a conjuntura e os desafios para o próximo período.

NA JUSTIÇA

O Decreto n.º 10.620/2021, que centraliza as atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões da Administração Pública Federal, foi um dos temas que concentraram as atenções. Em maio, o Fonacate ingressou como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6767, que questiona o referido Decreto diante do Supremo Tribunal Federal. Anteriormente, em abril, o Fórum havia se reunido com a equipe do gabinete da Ministra do STF Rosa Weber, relatora da ADI, ocasião em que levou argumentos favoráveis à declaração de inconstitucionalidade do dispositivo. A ANPPREV também requereu o ingresso como *amicus curiae* na ADI 6767. Saiba mais na página 14.

REMUNERAÇÃO

“Recomposição já!” foi o mote de um grande ato público pela valorização do funcionalismo federal, realizado pelo Fonacate - em parceria com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o bloco da Minoria na Câmara - no auditório Nereu Ramos da Casa, em 31 de maio. Na oportunidade, as lideranças e parlamentares presentes denunciaram a escalada de ataques ao serviço público e o arrocho salarial sobre a classe.

Da tribuna, o assessor parlamentar da Presidência da ANPPREV, Roberto Giffoni, lamentou que, em virtude da ausência da regulamentação de dispositivo constitucional que define uma data-base para a classe, “os servidores tenham que se mobilizar, ano a ano, quase como pedintes” e completou: “O servidor tem direito [à data-base]. E o país que tem servidor valorizado é aquele que tem políticas públicas bem executadas”.

INTERLOCUÇÃO

Como tradicionalmente o faz, o Fonacate buscará interlocução com os presidentiáveis e outros candidatos às eleições de outubro. O ponto de partida dos diálogos com os postulantes aos cargos eletivos é a Carta de Princípios das entidades, divulgada em junho. O documento traz uma série de demandas voltadas ao fortalecimento do Estado e à, consequente, valorização do setor público.

Dentre os pontos listados na Carta, estão a revisão da Emenda Constitucional 95/2016, que restringe gastos com serviços públicos; a adoção de políticas de inovação na Administração Pública; e a garantia da estabilidade do servidor e dos direitos previdenciários adquiridos e vigentes de ativos e aposentados.

RUMO AO ESTADO NECESSÁRIO

Com o objetivo de qualificar o debate público, o Fórum promoveu, em 24 de maio, a 7ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, com o tema “Rumo ao Estado Necessário”. O evento virtual reuniu especialistas das áreas jurídica, política, econômica e de gestão governamental, que se alternaram em um ciclo de painéis ao longo do dia.

“É preciso sempre lembrar que o serviço público tem a responsabilidade de atenuar as vicissitudes sociais, de promover o desenvolvimento, a educação, a saúde, a segurança e a cultura. Todos nós temos, então, o compromisso de tornar o Estado brasileiro mais forte e qualificado”, afirmou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, na abertura da Conferência.

Para assistir ao evento na íntegra, que contou com a palestra magna do ex-senador e Ministro do Tribunal de Contas da União, Antônio Anastasia, acesse a página do Fórum no Youtube, pelo link abaixo. ▲



youtube.com/fonacatecarreirasdeestado



Entidades coirmãs

No âmbito da Advocacia Pública Federal, houve, nos últimos meses uma importante aproximação com entidades coirmãs, de modo a discutir e promover estratégias de atuação em prol das demandas dos advogados públicos.

Dentre outras pautas, o trabalho tem se centrado na interlocução com o Parlamento acerca de matérias de interesse comum, como a Proposta de Emenda à Constituição 63/2013, conhecida como PEC dos Quinquênios, que versa sobre a “parcela mensal indenizatória por tempo de serviço”, e aguarda análise por parte do Plenário do Senado Federal. Fruto dos esforços conjuntos das representações, emenda apresentada pelo senador Telmário Mota (PROS/RR), que assegura o direito à parcela para os advogados públicos federais, atingiu o número necessário de assinaturas para registro. Os diálogos com os parlamentares se dão, agora, no sentido de garantir a aprovação da emenda na Casa.

Conforme destacou a presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, durante reunião com lideranças da ANAFE, da ANAJUR, da ANAPA e do SINPROFAZ, no dia 26 de maio, é fundamental “aumentar a proximidade” entre as representações dos advogados públicos, de forma a alinhar os pleitos, expectativas e, sobretudo, o discurso, com vistas aos melhores resultados possíveis.



Reunião com entidades coirmãs no dia 26 de maio



 **AGENDA**



06
ABR

Nova Diretoria se reúne com representantes da Procuradoria-Geral Federal.



07
ABR

Em encontro, entidades representativas debatem pautas de interesse nos diferentes âmbitos.



19
ABR

Na Câmara, ANPPREV é recebida pelo Deputado Daniel de Freitas (PL/SC) para dialogar sobre o GT da Advocacia Pública.



Em continuidade às tratativas sobre o Grupo de Trabalho, é realizada reunião com o relator do GT, Deputado André Figueiredo (PDT/CE).



Associação marca presença em reunião com o líder da Minoria da Câmara, Deputado Alencar Santana (PT/SP), para debater estratégias de mobilização em pautas de interesse do funcionalismo.



27
ABR

Maria Santíssima Marques entrega ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, convite para a solenidade de posse da ANPPREV.



11
MAI

Deputado Fábio Trad (PSD/MS) recebe a ANPPREV e outras lideranças de entidades para debater pautas de interesse da Advocacia Pública.



Assessoria parlamentar da Presidência se reúne com o senador José Antônio Reguffe (União/DF) para pedir apoio às demandas da Advocacia Pública.



ANPPREV recebe os representantes do Conselho Curador de Honorários Advocatícios (CCHA) Albert Caravaca e Thalita Lopes Motta.



17
MAI

Presidente e diretores da ANPPREV se reúnem com a equipe da PGF e o Deputado federal Filipe Barros (PL/PR).



17
MAI

Maria Santíssima Marques, Rogério Correia e Ana Dorinda Adsuara comparecem ao Senado Federal, em busca de apoio para a inclusão de advogados públicos na PEC 63/2013 - PEC dos Quinquênios.



18
MAI

PEC 63/2013 é tema de reunião com a ANAPE, a ANAFE e o Senador Paulo Rocha (PT/PA).



20
MAI

Com o objetivo de angariar apoio à emenda à PEC dos Quinquênios, ANPPREV e entidades se reúnem com Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).



ANPPREV e entidades coirmãs debatem demandas da Advocacia Pública em encontro com o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).



Na mesma data, Associação se reúne com Senador Esperidião Amin (PP/SC).



25
MAI

ANPPREV recebe Queiroz Assessoria, para tratar de questões relativas ao cenário político.



26
MAI

Entidades coirmãs mantêm interlocução sobre temas de interesse dos advogados públicos federais.



31
MAI

Na Câmara, ANPPREV defende regulamentação da data-base dos servidores em ato público pela recomposição salarial.



21
JUN

Associação e outras entidades, levam demandas da Advocacia Pública à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



21
JUN

ANPPREV recebe representantes da AGU, da PGF e da FUNDACENTRO, para dar continuidade ao debate em busca do fortalecimento da Advocacia Pública.



▲ NOTAS

NOVO COMANDO

O associado à ANPPREV Sebastião Faustino de Paula assumiu o cargo de Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS. A portaria de designação foi publicada em 22 de junho no Diário Oficial da União.

Sebastião Faustino é formado em direito pela Universidade Federal de Mato Grosso e acumula vasta experiência nas áreas de Direito Previdenciário e Tributário. É mestre na área tributária pela Universidade Católica de Brasília e doutor em Direito pela Universidade de Porto (Portugal). É Procurador Federal e professor universitário.

A Associação, cujas raízes históricas estão diretamente ligadas ao INSS, manifesta grande orgulho e deseja sucesso ao novo Procurador-Geral à frente deste relevante posto.





VÍDEO

Por ocasião do aniversário de 20 anos, comemorado em 2 de julho, a Procuradoria-Geral Federal produziu um vídeo, com a participação de todos os ex-Procuradores-Gerais Federais, do Advogado-Geral da União, Bruno Bianco Leal, do Procurador-Geral Federal, Miguel Cabrera Kauam, e do Subprocurador-Geral Federal, Elvis Gallera Garcia.

“Que a Procuradoria-Geral Federal seja, a cada dia, mais útil, mais fundamental, mais estruturada. Eu vejo a PGF com um futuro próspero e muito promissor”, afirmou Bruno Bianco Leal.

Assista ao vídeo pelo endereço

 bit.ly/3umegIq



ENCONTRO

A presidente, Maria Santíssima Marques, e a diretora de Comunicação da ANPPREV, Ana Dorinda Adsuara, se reuniram, no último dia 22 de junho, com associados em São Paulo. Na oportunidade, as representantes da Associação levaram informações sobre os temas de interesse e esclareceram dúvidas sobre a atuação da entidade em prol das demandas dos advogados públicos.

A Proposta de Emenda à Constituição 63/2013, conhecida como PEC dos Quinquênios, o congresso da ANPPREV, que será realizado neste segundo semestre, e a atuação no Judiciário foram alguns dos temas em pauta no encontro. Ainda, foi entregue a cada associado presente um relatório sobre as ações judiciais, promovidas pela ANPPREV/SINPROPREV, das quais participa.





Quer receber, em primeira mão, as principais notícias da Associação de maneira ágil e prática, diretamente em seu WhatsApp?

Inscreva-se no ANPPREV Informa.

Para se cadastrar, o associado deve fazer a solicitação pelo email atendimento@anpprev.org.br  ou pelo WhatsApp, no número (61) 996119619.



anpprev



anpprevnacional



anpprevnacional



ANPPREV TV

